



## HISTORIOGRAFIA E PÓS-MODERNISMO: DIÁLOGOS POSSÍVEIS

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3798

John Endrew, UEPG

### Resumo

A produção do conhecimento histórico tem sido repensada por diversos autores desde seu estabelecimento como ciência no século XIX. A historiografia como uma das etapas deste processo, despertou o interesse de muitos pesquisadores na segunda metade do século XX, sendo objeto de pesquisa das mais diversas áreas das Humanidades. Os problemas oriundos da linguagem apontados por Ludwig Wittgenstein no começo do século passado, ganharam impulso com o Giro Linguístico e os estudos afluentes deste, podendo observar-se a partir da década de 1970, uma vasta produção acadêmica disposta a pensar a filosofia da linguagem, o discurso literário e o discurso historiográfico. As discussões da contemporaneidade que permeiam a Teoria e a Filosofia da História e a produção do conhecimento histórico, de maneira geral, manifestadas por muitos autores pelo interesse com relação a narrativa histórica, encontram-se dentro desta perspectiva. Somado a isso, presencia-se a emergência de uma nova e difusa corrente de pensamento, o pós-modernismo, como uma resposta ao modelo de pensamento Iluminista e às categorias da racionalidade e do progresso. Ainda que um movimento díspar, os autores pós-modernos compartilham das preocupações em repensar o papel da linguagem no texto, assim como o do próprio conhecimento científico estabelecido. Nesse sentido, as atuais discussões a respeito da narrativa encontram-se num cenário prolífero e privilegiado, sob os olhos da História, da Literatura e da Filosofia. Através de uma análise bibliográfica, o presente estudo objetiva investigar as possíveis relações entre os estudos da historiografia e o pós-modernismo nesse contexto.

### Palavras Chave:

historiografia; história da historiografia; pós-modernismo; narrativa.

## Introdução

Em 1979 Lawrence Stone chamou a atenção de vários pesquisadores do campo historiográfico, ao publicar um texto no qual transcorria a respeito de um “ressurgimento da narrativa”<sup>1</sup>. O modelo narrativista de se fazer história, o qual muitos defendiam ser uma característica do Historicismo que havia sido deixada para trás pelos Annales, retorna sob os holofotes do debate histórico, principalmente no campo da teoria e da filosofia da História.

A ideia de Stone sobre um retorno da narrativa na produção do conhecimento histórico, ainda que colocada pelo autor como um “mapeamento das tendências na pesquisa histórica e não como um juízo de valor”, levou muitos autores a pronunciarem-se, manifestando duplamente suas percepções do processo por qual passava a História e suas próprias noções do que é a narrativa. Eric Hobsbawm, em ensaio resposta publicado em seu livro, *Sobre história* (1997), levanta algumas hipóteses que possam explicar essa moda histórica, como por exemplo, a ascensão da história social e a notável expansão do campo histórico, que consequentemente implicaram novas dificuldades ao historiador e a produção de uma síntese histórica, e o próprio êxito que estes historiadores narrativistas tiveram no período pós-guerra. Ainda que, em maior ou menor caso, Hobsbawm busque dialogar com seu antigo companheiro de revista, ele salienta a dificuldade em determinar uma volta da narrativa como colocada por Stone, uma vez que não há evidências de que a maioria dos historiadores tenha aberto mão do esforço em explicar o passado e que as atuais tendências historiográficas não são suficientes para caracterizar uma rejeição a historiografia da primeira metade do

século XX.

Peter Burke também nos ajuda a pensar questões como a narrativa e o acontecimento, em capítulo dedicado ao assunto no livro, *A escrita da história* (1992). O autor destaca que mesmo a história estrutural predominante durante o século XX, não pode ser concebida como isenta de uma narrativa, visto que a narrativa é responsável pela coerência e significação do texto histórico. Ele confronta também a narrativa tradicional com a moderna, com o intuito de indicar alguns problemas na escrita da história e sugerir soluções, como é o caso da crescente tomada de consciência dos historiadores sobre a particularidade que representa seu trabalho e a necessidade destes em tornar claro ao leitor que sua obra é apenas um dos inúmeros pontos de vista que determinado evento histórico pode ter, sem perder a homogeneidade de sua narrativa. Burke salienta a importância de se pensar um novo modelo narrativo que congregue as preocupações dos analíticos e dos narrativistas e aponta a micronarrativa e a narrativa de frente para trás, assim como algumas contribuições oferecidas pela história da ficção (principalmente o cinema), como respostas a estas novas demandas.

Este modelo de história estrutural do qual nos fala Burke, amplamente difundido pelos Annales e com forte influência também das Ciências Sociais (seja o estruturalismo que nasce com os estudos linguísticos de Saussure ou o do próprio Lévi-Strauss), passa a ter modelos de análise concorrentes, principalmente a partir da década de 1960, como é o caso dos estudos de Derrida e Foucault, posteriormente classificados como pós-estruturalistas, ainda que Foucault negue todos os “pós” designados a sua pessoa. Em torno do mesmo período se dá a emergência das discussões acerca da Virada Linguística, principalmente nos

<sup>1</sup> STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. *Revista de História*, v. 2, n. 3, p. 13-37, 1991.

Estados Unidos e na França, que já apontava grande potencial no início do século com a filosofia de Ludwig Wittgenstein e passa a ter mais estudiosos dedicados ao tema a partir da década de 1970. Observa-se então, ainda que a interdisciplinaridade já tivesse sido apontada como um passo essencial pelos *Annales*, uma confluência dos variados campos das Humanidades em se ocuparem dos estudos da linguagem. A narrativa passa a ser objeto de análise tanto da história, como da filosofia e da teoria literária.

Torna-se mais difícil averiguarmos qual papel o pós-modernismo assume neste debate. Primeiro porque o pós-modernismo não é um movimento, nem uma escola ou tradição de pensamento que possui fronteiras bem definidas. Em seguida, existe uma vasta e dicotômica produção intelectual sobre o assunto, desde autores que o elegem como o novo paradigma das Humanidades a outros que alegam sua ilegitimidade e inexistência.<sup>2</sup> E por fim, dentre os autores que discorrem sobre o tema, temos alguns que apontam Nietzsche como o propulsor deste paradigma e outros que direcionam seu olhar para segunda metade do século XX.

### O que é pós-modernismo?

Diante de um movimento tão plural, traçarei um breve panorama do que se entende por pós-modernismo ou pelo adjetivo pós-moderno no presente estudo. Nesse sentido, julgo válido começarmos por uma distinção entre pós-modernidade

e pós-modernismo.

Pós-modernidade podemos traduzir como o atual estágio em que se encontra a sociedade, assim estamos nos referindo a um conjunto de transformações, do campo do trabalho ao cultural, do pensar ao agir social. David Harvey e Zygmunt Bauman são exemplos de pesquisadores que se debruçaram sobre o tema e pensaram as transformações do século XX através das variadas faces dessa sociedade: a transformação de indivíduos produtores em consumidores (BAUMAN, 2000, p.98), dos costumes e das práticas públicas e privadas, as mudanças nas categorias de tempo e espaço, nas relações interpessoais e as transições dentro do próprio desenvolvimento do sistema capitalista. Outros autores também irão pensar o período, na busca de averiguar a existência ou não de uma pós-modernidade, apontando para o perigo da “autorreferenciação” e em alguns casos apresentando novas maneiras de enxergar e conceitualizar esse fenômeno<sup>3</sup>. Vale ressaltar que nem todos os autores que estudam a pós-modernidade se identificam como pós-modernos<sup>4</sup>.

Por outro lado, ao falar sobre pós-modernismo, denominamos uma corrente de pensamento, heterogênea, que expõe-se aos poucos durante grande parte do século XX e início do XXI e se faz presente dentro dos debates epistemológicos que a História se insere ainda nos dias de hoje. Muito embora seja praticamente impossível traçar um perfil uno do paradigma pós-moderno, visto a pluralidade de ideias que ele representa e até mesmo o caráter pejorativo que o

<sup>2</sup> Isto fica claro no debate entre autores como Ankersmit e Zagorin. Ver: ZAGORIN, Perez. *Historiografia e pós-modernismo: reconsiderações. Topoi (Rio de Janeiro)*, v. 2, n. 2, p. 137-152, 2001.

<sup>3</sup> Fredric Jameson em seu livro, *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio* (1996).

<sup>4</sup> Em entrevista a Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke, Bauman afirma ser um sociólogo da pós-modernidade e não um pós-modernista.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Entrevista com Zigmunt Bauman. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 301-325, June 2004. Available from: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_artt ext&pid=S0103-20702004000100015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_artt ext&pid=S0103-20702004000100015&lng=en&nrm=iso)>. Access on 09 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702004000100015>.

termo ganhou (alguns autores simpatizantes das ideias pós-modernas, acabam por evitar o termo que dentro da academia tornou-se comumente sinônimo de irresponsabilidade intelectual e extremo relativismo), podemos apontar algumas características que são marcantes na maioria das vezes que esse pensamento se manifesta.

O pensamento pós-moderno comumente evidencia a crise das metanarrativas da qual fala Lyotard em seu livro, *A Condição Pós-Moderna* (1979). As metanarrativas são os discursos filosóficos que floresceram na modernidade, portadores de um *telos* (muito presente nas filosofias da História de Hegel e Marx, por exemplo) e que estabeleciam um projeto para a modernidade. Estes projetos podem ser observados, por exemplo, no movimento histórico dialético do pensamento de Marx que culminaria em uma sociedade comunista ou na busca pelo esclarecimento de Kant e o ideal iluminista da razão.

Trata também com frequência da crise da ideia de progresso e de identidade. Estas crises estariam diretamente ligadas ao ceticismo com relação aos metarrelatos e a ascensão que os jogos de linguagem e a relativização da verdade passam a assumir principalmente a partir das décadas de 1960/70. Com o aumento da produção de uma “história vista de baixo”, ou antes, marginalizados, objetos novos passam a chamar a atenção dos pesquisadores, além do próprio deslocamento (ainda que lento) do pensamento Ocidental como eixo dominante e hegemônico. Nesse processo novos campos passam a ser explorados pela historiografia, assim como há um ganho de visibilidade e representatividade por indivíduos e grupos sociais outrora opacos.

Por fim, destaco a tendência em produzir um conhecimento mais específico, dito por alguns, fragmentado. Principalmente dentro da pesquisa histórica, podemos observar esse movimento através do surgimento da Micro-História<sup>5</sup>. Divergindo da tradição histórica que defendia a realização de uma história universal, a Micro-História tem com centro de sua análise eventos de recorte temporal mais específico e, em alguns casos, foca-se em indivíduos particulares. Algumas críticas destinadas a Micro-História alegam que o abandono de uma história universal abala o próprio significado de se realizar uma pesquisa histórica. Embora este seja um interessante debate dentro do campo histórico, deixo-o para outros visto que este não é o foco do trabalho que segue.

### **Diálogos entre a história e a literatura**

Feitas estas breves distinções, encontramos-nos melhor situados entre alguns conceitos que permeiam esta discussão e podemos dar mais atenção a narrativa histórica. Hayden White, uma das principais figuras para pensar este debate, é autor de uma obra complexa e de declarações, muitas vezes, controversas<sup>6</sup>, as quais devem ser analisadas com cautela evitando posições muito relativistas ou deterministas, todavia, nos cabe fazer jus às suas contribuições para os atuais estudos epistemológicos da História.

Durante a década de 1970, White publicou dois livros que desestabilizaram e por outro lado, fomentaram diversas reflexões dentro dos estudos historiográficos. São estes, respectivamente: *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX* (1973) e *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura* (1978). Ambos, com destaque para *Meta-história*,

<sup>5</sup>Associada com frequência a figura de Ginzburg e seu clássico, *O queijo e os vermes* (1976).

<sup>6</sup> Ambos já reconheceram que podem ter relativizado demasiadamente em alguns escritos e

cederam posteriormente em alguns casos. Ver entrevista de Ankersmit integrante do livro publicado pela Eduel, *A escrita da história: a natureza da representação histórica* (2012).

foram objeto de debate e reflexão por muitos historiadores.

Através da publicação destes livros, White embasou discussões que preocuparam-se com o papel desempenhado pela escrita na produção do conhecimento histórico. Uma de suas principais contribuições e reflexões foi a seguinte, pode o texto histórico ser considerado um artefato literário? Reflexão não inédita para a História, mas que foi fortemente difundida e explorada, gerando novos questionamentos: o conhecimento histórico da conta de apreender a realidade, segundo o que ocorreu de fato? Quais contribuições a moderna teoria literária pode dar a teoria da História?

As ideias de White somadas ao impulso que a Virada Linguística significou, trouxeram para o centro da discussão teórica a relação entre forma e conteúdo do texto histórico, deixada há algum tempo de lado e tida como pouco relevante para alguns. A História científica do século XIX, dita de outra forma pelos *Annales* como “cientificamente conduzida”, nas últimas décadas do século passado reside sobre bases muito menos sólidas, e está a todo o momento sendo colocada em xeque com sua capacidade de produzir um conhecimento objetivo questionada.

Os estudos linguísticos e narrativistas que florescem, tem por característica uma nova concepção da relação entre o passado, a realidade e a escrita da História, a historiografia. Não se olha mais através do texto, buscando encontrar um passado que esteja para além dele. Olhar para o texto é estar olhando diretamente para esse passado que se busca compreender. Isto torna-se evidente na história da própria historiografia, ou seja, na produção histórica que se ocupa em investigar o conhecimento histórico já produzido. Quando um historiador analisa a obra de outro que o antecede, ele não está apenas em busca de dados e vestígios passados relatados por este último, mas as

próprias escolhas deste historiador na construção discursiva de seu texto tornam-se objetos de análise. Assim como o historiador seleciona e recorta durante o processo de pesquisa, ao transpor esta pesquisa em conhecimento histórico, em texto, as suas escolhas para organização e significação do discurso estarão presentes novamente. A forma e o conteúdo não podem mais ser dissociados sem o risco da perda de sentido.

Ainda sobre a relação entre conteúdo e forma, cito White (1991, p. 3):

Hoje é possível reconhecer que no discurso realista, tanto quanto no discurso imaginário, a linguagem é ao mesmo tempo forma e conteúdo, e que esse conteúdo lingüístico tem de ser computado entre os outros tipos de conteúdos (factual, conceitual e genérico) que formam o conteúdo geral do discurso como um todo. Esse reconhecimento libera a crítica historiográfica da fidelidade a um literalismo impossível e permite ao analista do discurso histórico perceber em que medida esse discurso constrói seu assunto no próprio processo de falar sobre ele. A noção do conteúdo da forma lingüística esbate a distinção entre discursos literais e figurativos e autoriza a busca e a análise da função dos elementos figurativos na prosa historiográfica tanto quanto na prosa ficcional.

Ao mencionar a distinção entre discursos literais e figurativos, White toca em mais uma questão que é cara aos atuais estudos sobre a narrativa. Até onde vai a barreira que separa história e literatura? Como distinguimos uma de outra?

Com uma crescente produção intelectual que pretende relativizar as pretensões a um conhecimento histórico objetivo e a própria inteligibilidade do real, somado ao esmorecimento do caráter científico das Humanidades como a única maneira legítima de se produzir conhecimento verificável, observa-se a

tentativa de alguns autores em atenuar a barreira entre história e literatura (realidade x ficção) e tornar mais clara a relação entre ambas.

De acordo com o teórico literário Terry Eagleton (1994), citado por Vieira (2009, p. 18), a literatura não é definida pelo aspecto ficcional que seu conteúdo traz e sim pela ausência de objetivos científicos na produção da obra. O autor também salienta que a recepção da obra pode ser de suma importância para determinar esta como literatura ou texto pragmático, podendo ser compreendida de outra forma com o passar do tempo. Quando passamos a considerar o contexto de produção e principalmente, o de recepção da obra nos é aberta mais uma porta através da historicização desse texto. Deparamos-nos com as nuances e com as diversas interpretações que esse possa vir a ter, tornando-se impossível qualificá-lo de uma única maneira durante toda sua trajetória de existência.

Vieira também apresenta seus próprios argumentos de diferenciação entre história e literatura:

[...] a diferença entre história e literatura não está no caráter “mais real” da primeira, mas, sobretudo, em três pontos-chave que condicionam a produção do discurso histórico: o uso obrigatório de vestígios do passado (fontes escritas, arqueológicas, orais); as regras disciplinares e institucionais (que engendram a legitimidade do discurso); e as maneiras pelas quais é construído o discurso histórico: a elaboração do argumento, as notas de referência e a manipulação das fontes com vistas à apresentação de um trabalho coerente, que forneça às suas conclusões a chancela do real (VIEIRA, 2009, p. 30).

Sandra Pesavento por sua vez, ao falar sobre as “fronteiras da ficção” (2000), argumenta que o fato da história ser uma narrativa verdadeira não significa consequentemente que ela deva ser uma

cópia do que foi o passado. Recorrendo a historiadora Natalie Davies (1989), a autora busca apresentar uma noção de ficção fugindo das conceituações genéricas, percebendo a ficção como algo que é construído a partir de traços já existentes, estabelecendo assim uma relação muito próxima ao trabalho do historiador. Pesavento utiliza de autores gregos a contemporâneos para pensar os limites da ficção, além de valer-se do historiador brasileiro Capistrano de Abreu e do grande romancista José de Alencar, para demonstrar “como textos históricos comportam recursos ficcionais e textos literários cercam-se de estratégias documentais de veracidade” (PESAVENTO, 2000, p. 56). Como bem colocado pela autora, a História se vista como ficção, deve ser concebida como uma ficção controlada.

Outra maneira de analisar a relação entre a narrativa e a ficção não menos importante, está presente no ensaio de François Hartog, que se ocupa em fazer um paralelo entre os estudos de Hayden White e Carlo Ginzburg, passando também por Paul Ricoeur, mas ancorado principalmente na *Poética* e na *Retórica* de Aristóteles. O autor tenta demonstrar que White pode ter executado uma simplificação conceitual, englobando a poética como parte da retórica, fugindo do que falava o filósofo grego, para o qual a retórica tinha ligação direta com a “prova” e não com a poética.

## Considerações Finais

Muitos autores têm estudado a narrativa, a relação entre a realidade e a ficção no texto e de maneira geral, os possíveis rumos que a História pode tomar. Seleciono algumas reflexões que, de modo algum possuem a pretensão de indicar um norte para a pesquisa histórica, mas elucidam alguns questionamentos e podem vir a servir como base para novas reflexões.

O teórico da História Jörn Rüsen é um dos principais exemplos da

atualidade que tem dedicado esforços no sentido de pensar uma teoria da História “conciliadora”. Ele deixa clara sua posição em defesa de uma História científica e defende a existência de uma razão histórica que não deve ser negligenciada<sup>7</sup>. Por outro lado, posta-se de maneira crítica diante do pós-modernismo e alega ser crucial que as atuais teoria e filosofia da História deem atenção às reivindicações desse pensamento, reconhecendo as suas críticas como um maneira de aperfeiçoar a ciência histórica. Como Diogo Roiz salienta ao analisar seu livro, *Razão histórica* (1983), o autor tenta dar algumas respostas e solucionar alguns problemas referentes à teoria da História, apresentando a História como um tipo específico de ciência e a teoria como uma categoria indissociável da prática de produção do conhecimento histórico. Rüsen mostra-se como uma boa saída ao diálogo entre surdos travado por alguns e ao encastelamento que propõe outros autores mais ortodoxos.

Frank Ankersmit (2001, p. 131), simpatizante de muitos postulados de Hayden White e menos sensibilizado pela corda bamba em que a História-ciência se encontra, aponta para outro vértice. Diante da vasta produção historiográfica dos últimos anos e do incontável número de historiadores, fariamos melhor se olhássemos com mais atenção para essa produção, ao invés de nos ocuparmos em produzir mais. Ankersmit desloca sua atenção para o fator hermenêutico presente na História (principalmente filosofia da História) e sugere que frente aos relativos pontos de vista que surgiram nos últimos anos, foquemo-nos em refletir melhor sobre as distintas interpretações existentes sobre o passado, antes de produzirmos novas interpretações.

Ainda que não contribua diretamente a narrativa, os estudos genealógicos de Michel Foucault já na década de 1960, principalmente em seu

livro, *A Arqueologia do saber* (1969), ajudam a pensar a história da historiografia. Nesta obra em específico, o filósofo francês propõe um método de análise que investigue nas Ciências Humanas o estabelecimento de um modelo dominante de conhecimento através do tempo. O grande *insight* de Foucault é voltar-se não para o problema quase insolúvel entre veracidade ou falsidade do discurso, mas sim para os meios e condições que permitiram o estabelecimento deste modelo dominante de conhecimento e para as análises internas e externas do discurso, não necessariamente linguísticas.

## Referências

- ANKERSMIT, Franklin Rudolf; MENEZES, Jonathan. **A escrita da história: a natureza da representação histórica**. Eduel, 2012.
- ANKERSMIT, Frank R. Historiografia e pós-modernismo. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 2, n. 2, p. 113-136, 2001.
- BARROS, José D. Assunção. A historiografia pós-moderna. *Ler História*, n. 61, p. 147-167, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt; **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: BURKE, Peter. **A escrita da história**. Unesp, 1992. p. 327-348.
- GARCHET, Helena Maria Bomeny. Teoria literária e escrita da história de Hayden White. *Revista Estudos Históricos*, v. 7, n. 13, p. 21-48, 1991.
- HARTOG, François. Aristóteles e a história, mais uma vez. *História da Historiografia*, n. 13, p. 14-23, 2013.
- HOBSBAWM, Eric. A volta da narrativa. E. HOBSBAWM, **Sobre história**. São Paulo, Cia. das Letras, p. 201-206, 1998.
- LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. J. Olympio, 1998.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura. *Revista de História das Ideias*, v. 21, p. 33-57, 2000.
- intransparência”. **Revista História, questões e debates**, p. 20-21, 1989.

<sup>7</sup> RÜSEN, Jörn. Conscientização histórica frente à pós-modernidade: a história na era da “nova

ROIZ, Diogo da Silva. A 'crise de paradigmas' nas Ciências Sociais, uma questão relativa à teoria da história? *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 7, n. 12, p. 261-266, 2006.

RÜSEN, Jörn. Conscientização histórica frente à pós-modernidade: a história na era da “nova intransparência”. *Revista História, questões e debates*, p. 20-21, 1989.

STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. *Revista de História*, v. 2, n. 3, p. 13-37, 1991.

VIEIRA, Fernando Gil Portela. A ficção como limite: reflexões sobre o diálogo entre história e literatura. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n. 17, p. 13-31, 2009.